



CADERNO TÉCNICO DE LOGÍSTICA URBANA

SÍNTESE EXECUTIVA



Índice

1. O que é a logística urbana e qual a sua importância para a sustentabilidade?	3
2. Porque é que o planeamento da logística é fundamental para uma mobilidade urbana equilibrada?	3
3. Porque se deve planear a logística urbana no âmbito da elaboração de um PMUS?	3
4. Quais os principais intervenientes na logística urbana?	4
5. Como é que o recente normativo da RTE-T veio mudar a logística urbana?	4
6. Quais as maiores dificuldades na gestão da logística urbana?	5
7. Como desenvolver uma logística urbana mais sustentável?	6
8. Quais são as principais medidas para o planeamento da logística urbana?	7

Ficha Técnica

Título: CADERNO TÉCNICO DE LOGÍSTICA URBANA – SÍNTESE EXECUTIVA

Autores: Carla Oliveira; Joana Feio Sá; Rui Velasco (coordenação); Rute Damião

Data: fevereiro 2025 (zero emission urban freight logistics and last mile delivery)

Recursos sobre Logística Urbana

CADERNO TÉCNICO DE LOGÍSTICA URBANA:

Informação complementar: <https://bit.ly/4hFXIkP> (zero emission urban freight logistics and last mile delivery)
<https://civitas.eu/thematic-areas/urban-logistics>



1. O que é a logística urbana e qual a sua importância para a sustentabilidade?

A logística urbana refere-se ao conjunto de atividades destinadas à entrega, recolha e, quando necessário, ao armazenamento temporário de mercadorias em meio urbano, com o objetivo de satisfazer as necessidades de consumidores e agentes económicos (comércio e serviços). Assim, procura garantir, de forma eficaz e eficiente, o abastecimento dos consumidores e dos agentes económicos que operam na cidade, com o intuito de alcançar um elevado nível de serviço logístico a custos adequados.

Embora fundamental para a vida urbana, a logística urbana provoca externalidades significativas, incluindo congestionamento, emissões de gases com efeito de estufa (GEE), ruído e diminuição da qualidade de vida urbana. Nesse sentido, a logística urbana sustentável surge como uma solução para mitigar esses impactos, assegurando a competitividade económica e a sustentabilidade ambiental das cidades, ao mesmo tempo que promove o bem-estar dos cidadãos.

Uma logística urbana eficiente e sustentável é, portanto, um pilar essencial para garantir o funcionamento das cidades.

2. Porque é que o planeamento da logística é fundamental para uma mobilidade urbana equilibrada?

O planeamento da logística é fundamental para uma mobilidade urbana equilibrada porque permite organizar e coordenar o fluxo de pessoas e bens de forma eficiente, minimizando congestionamentos, otimizando recursos e reduzindo o impacto ambiental do

transporte de mercadorias, contribuindo de forma significativa para a descarbonização, melhoria da qualidade do ar e promoção da qualidade de vida.

O transporte de mercadorias tem um impacto significativo no tráfego das cidades, representando na Europa cerca de 25% das emissões de CO₂ do transporte urbano e entre 30% a 50% de outros poluentes¹. Na ausência de um planeamento estratégico, as cidades ficam expostas a uma sobrecarga da infraestrutura e ao agravamento das externalidades negativas.

Acresce que a implementação de soluções logísticas sustentáveis não só contribui para a redução das emissões, como também sustenta a competitividade económica das cidades. A conjugação de benefícios económicos e ambientais torna o planeamento da logística urbana num instrumento crucial para o desenvolvimento de cidades sustentáveis, resilientes e competitivas, capazes de enfrentar os desafios da mobilidade a longo prazo.

3. Porque se deve planear a logística urbana no âmbito da elaboração de um PMUS?

O PMUS é o instrumento que permite planear de forma integrada todos os aspetos transversais relacionados com a mobilidade, sendo reconhecido como o instrumento de excelência para o planeamento da mobilidade urbana no espaço europeu. É neste contexto que se verifica que, nas suas mais recentes orientações, a Comissão Europeia recomenda que os aspetos abordados pelos Planos de Logística Urbana Sustentável, anteriormente elaborados de forma individualizada, passassem a ser equacionados no contexto de um PMUS.

Esta abordagem não obsta, no entanto, a que, em situações com maior complexidade, com maior nú-

¹ ALICE. Urban Freight Research Roadmap; European Road Transport Research Advisory Council: Bruxelas, 2015

mero de stakeholders envolvidos, e especificidades que determinem o planeamento individualizado da logística urbana, este não possa ser desenvolvido em documento próprio, não comprometendo a elaboração do PMUS, mas correlacionando-se com ele.

4. Quais os principais intervenientes na logística urbana?

Os principais intervenientes no ecossistema da logística urbana são aqueles que desempenham funções essenciais para a operacionalização e o funcionamento eficiente do sistema, abrangendo a regulação, o transporte, a distribuição e o papel ativo do consumidor final. Entre estes intervenientes destacam-se a Administração Pública Local, as entidades envolvidas nas atividades de comércio e serviços, os operadores de logísticos e de transporte de mercadorias, bem como os consumidores finais

(residentes, visitantes e turistas), que interagem e contribuem diretamente para a dinâmica e eficiência do ecossistema da logística urbana, conforme ilustrado na imagem abaixo.

5. Como é que o recente normativo da RTE-T veio mudar a logística urbana?

A logística urbana está contemplada em diversos normativos, tanto a nível nacional como europeu². Com a publicação do Regulamento n.º 2024/1679, de 13 de junho, que revê a Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T) e estabelece diretrizes para o seu desenvolvimento, a União Europeia consolida a logística urbana como uma prioridade estratégica. Este regulamento alinha-se com os objetivos da Estratégia de Mobilidade Sustentável e Inteligente de 2020 e com as recomendações do Guia Rumo à Emissão Zero na



Adaptado de: Perform Energia

Figura 1 - Ecossistema da Logística Urbana

² Consultar capítulo 2.2 e 2.3. do Caderno Técnico da Logística Urbana



Logística Urbana até 2030, firmando ações para uma logística urbana mais sustentável e resiliente.

Principais medidas do Regulamento n.º 2024/1679:

- **Planos de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS):** Exige que os Estados-Membros implementem PMUS até 2027, nos principais nós urbanos da RTE-T, integrando as necessidades de transporte de passageiros e mercadorias e promovendo a criação de infraestruturas logísticas adequadas, como centros de logística e micro-plataformas de consolidação urbana.
- **Infraestruturas de Logística Urbana:** Estabelece a criação de infraestruturas que promovam a eficiência e a redução de emissões, alinhadas com os objetivos de sustentabilidade e mobilidade inteligente.

O regulamento fornece as bases necessárias para o desenvolvimento de regulamentos nacionais que incentivem uma logística urbana mais integrada e ambientalmente responsável, alinhada com os princípios da sustentabilidade. Além disso, incentiva a adoção de tecnologias inovadoras que promovem a eficiência energética e a redução de emissões na logística urbana. Tais inovações são fundamentais para otimizar a rede de distribuição e aprimorar a gestão do fluxo de mercadorias, permitindo uma redução significativa no impacto ambiental, ao mesmo tempo em que potencializam a eficiência operacional e a competitividade do setor logístico, promovendo a sustentabilidade econômica e a resiliência das operações.

O Sistema de Informação Eletrónica de Transporte de Mercadorias (eFTI) é uma das inovações mais relevantes no domínio da logística, ao permitir a digitalização e centralização dos dados de transporte. Este sistema facilita a gestão e a monitorização do transporte de mercadorias de forma eficiente, promovendo maior transparência nas operações logísticas. Embora atualmente se aplique apenas ao transporte internacional de mercadorias no espaço europeu, é possível que o eFTI venha a ser utilizado mais

amplamente, proporcionando um maior conhecimento sobre o transporte de mercadorias e seu impacto ambiental.

A Diretiva de Relatórios de Sustentabilidade Corporativa (CSRD), implementada pelo Regulamento (UE) 2022/2464, exige que as empresas relatem de forma mais detalhada e precisa o impacto ambiental das suas operações, incluindo as atividades logísticas. Isso promove maior responsabilidade e compromisso ambiental no setor, apoiando a monitorização da logística urbana e a implementação de práticas mais sustentáveis.

6. Quais as maiores dificuldades na gestão da logística urbana?

Os responsáveis pela gestão de operações de logística urbana e, especialmente, os decisores de políticas de logística urbana, geralmente depararam-se com as seguintes dificuldades:

- **Especificidades locais:** Cada cidade apresenta características logísticas únicas, exigindo soluções adaptadas a contextos específicos.
- **Falta de dados e planeamento:** A ausência de informação sistemática sobre os fluxos logísticos e as dinâmicas urbanas compromete a tomada de decisões fundamentadas.
- **Divergências entre stakeholders:** Os diferentes interesses e prioridades entre atores públicos e privados dificultam a cooperação e a coordenação necessárias.
- **Lacunas normativas:** A inexistência de um enquadramento regulamentar harmonizado a nível europeu e nacional cria incertezas e limita a implementação de políticas eficazes.

A superação destes desafios exige uma abordagem integrada que promova o diálogo entre os diversos atores, a recolha sistemática de dados e o desenvolvimento de regulamentações claras e consistentes.

7. Como desenvolver uma logística urbana mais sustentável?

O avanço para uma logística urbana sustentável exige estratégias integradas que combinem inovação tecnológica, infraestrutura adequada, governança colaborativa e políticas regulatórias, promovendo a sustentabilidade ambiental sem comprometer a eficiência económica.

A colaboração entre partes interessadas locais, através de parcerias, clusters e associações, é uma abordagem promissora para resolver desafios específicos da logística urbana, conciliando interesses muitas vezes divergentes.

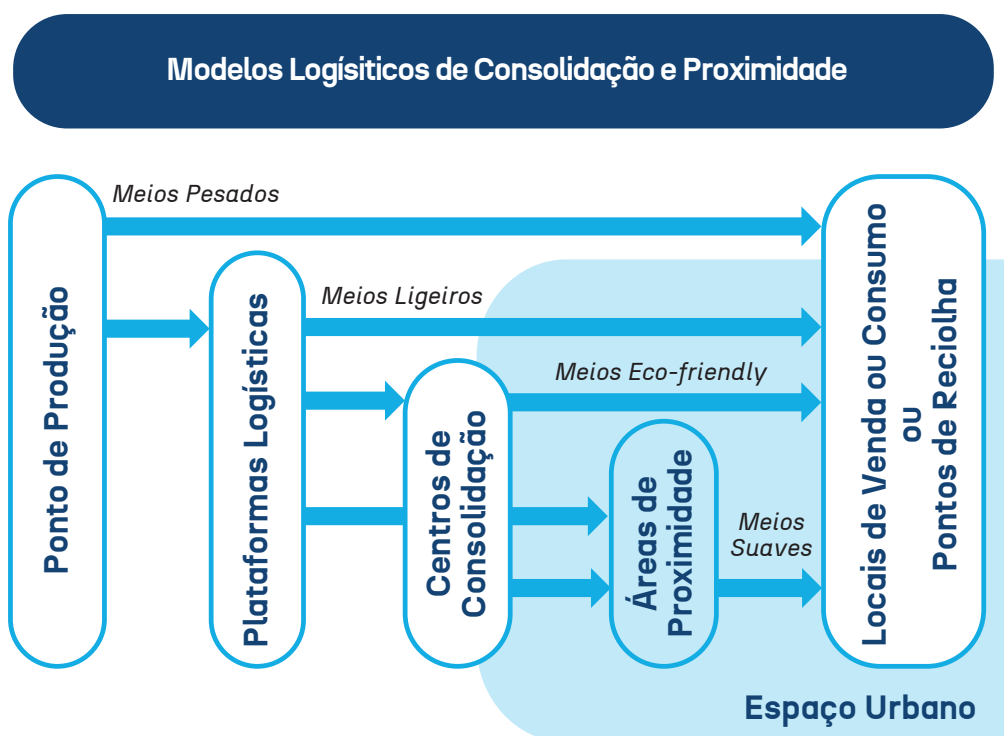
Principais estratégias:

- **Tecnologias inovadoras:** Veículos de baixas emissões (elétricos, cargobikes), plataformas digitais

e IoT (Internet of Things) para otimização logística e redução de emissões.

- **Infraestruturas adequadas:** Centros de Consolidação Urbana (CCUs), Áreas de Proximidade e pontos de recolha, otimizando operações de última milha.
- **Governança colaborativa:** Parcerias público-privadas e envolvimento de stakeholders para alinhar objetivos ambientais, económicos e sociais.
- **Políticas de incentivo e regulamentação:** Medidas fiscais e normas ambientais que estimulem soluções ecológicas e competitivas.

Novas tecnologias e equipamentos urbanos têm sido fundamentais para adaptar soluções às necessidades locais, promovendo eficiência e sustentabilidade. Contudo, a conciliação de interesses divergentes continua a ser o principal desafio, exigindo abordagens holísticas e adaptativas para tornar as cidades mais habitáveis e resilientes.



Adaptado de: Perform Energia

Figura 2 - Modelos Logísticos de Consolidação e Proximidade



8. Quais são as principais medidas para o planeamento da logística urbana?

No planeamento da logística urbana, a adoção de medidas é essencial para mitigar impactos negativos, melhorar a mobilidade, reduzir a poluição e otimizar o uso do espaço urbano. Estas práticas conciliam sustentabilidade ambiental e viabilidade económica, tornando as operações mais eficientes e com menores custos.

As principais estratégias incluem o envolvimento dos agentes locais, a regulamentação do estacionamento, o planeamento de zonas de carga e descarga, a promoção de veículos mais eficientes e a utilização de tecnologias de informação para otimizar as operações logísticas. A sua implementação deve ser coordenada e ajustada às especificidades de cada cidade.

A tabela seguinte apresenta as medidas propostas, estruturadas por áreas estratégicas, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento sustentável da logística urbana.

MEDIDAS DE LOGÍSTICA URBANA					
ATORES LOCAIS	REGULAMENTOS	EMPRESAS	PLANEAMENTO	SENSIBILIZAÇÃO	TIC
• Parceria local para a logística urbana (freight quality partnership) • Fóruns e conselho local para a logística urbana • Designação de responsável de gestão da logística urbana	• Restrições horárias de acesso • Regulamentação de estacionamento exclusivo para cargas e descargas • Restrições ambientais • Restrições à circulação, em função de dimensão/peso ou combustível (zonas de tráfego limitado) • Gestão de circuitos preferenciais de circulação de tráfego de mercadorias	• Tarificação • Tributação e benefícios fiscais • Licenças de circulação e créditos de mobilidade • Incentivos e subsídios	• Adaptação de zonas de carga/descarga • Regulamentação de construção para zonas de carga/descarga fora dos arruamentos • Áreas de proximidade • Expansão das áreas centrais de operação logística • Integração dos planos logísticos nos planos de urbanização • Pontos de recolha • Centros de consolidação urbanos	• Incentivo à utilização de veículos mais eficientes (idle reduction) • Promoção da Condução Eco Eficiente • Transição de modos de transporte • Estacionamento de horários de carga/descarga • Programas de reconhecimento e certificação	• Equipamentos de suporte aos veículos (tecnologias embarcadas) • Gestão de Operações • Informação e Disseminação • Suporte à Decisão e Execução • Infraestrutura Tecnológica • Economia Partilhada e e-Business

Para aprofundar estas práticas e ficar a conhecer um conjunto de casos de boas práticas, recomenda-se a consulta do **Caderno Técnico de Logística Urbana**.



**IMT - Instituto da Mobilidade
e dos Transportes, I.P.**

Avenida Elias Garcia, 103
1050-098 Lisboa

www.imt-ip.pt